

**CISGENERIDADE: IDENTIDADE DE GÊNERO OU
MATERIALIZAÇÃO DA NECROPOLÍTICA CONTRA CORPAS
DISSIDENTES? ENTRE NAVALHAS E DOÇURAS, TRAVESTIS
NEGRAS LUTAM CONTRA A TRANSFOBIA RACISTA**

Gilmara Silva de Oliveira

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade
Federal da Bahia.
silva86gil@gmail.com*

Valéria dos Santos Noronha

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de
Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da
Universidade Federal da Bahia.
valeria.noronha@ufba.br*

*Simpósio Temático nº 08 – COMBINARAM NOS MATAR, MAS NÓS COMBINAMOS
NÃO MORRER: TROCAS DE SABERES RESISTENTES.*

RESUMO

Aceita que dói menos! É assim que te convidamos a se debruçar na proposta teórica, metodológica e de vivências presente e refletir as Palavras-Navalhas-Doçuras alinhadas principalmente, com o pensamento social feminista e transfeminista negro brasileiro. Pretendemos potencializar narrativas de experiências do vivido de travestis negras, a partir do lugar da cisgeneridade, em um movimento de reconhecimento e problematização dessa identidade de gênero, pelo seu caráter opressor contra vidas que DESobedecem pedagogias violentas, enquadradas em existências binárias. Para tanto, refletimos a cisgeneridade como materialização da necropolítica, uma combinação de projeto de morte para as travestis negras ao tempo que reafirmamos suas insurgências entre navalhas e doçuras, visto que inscreverem suas Amefricanidades Aquilombadas, Travestilizam as políticas públicas em favor do direito de viver em sua diversidade, em um ato de resistência e resiliência frente à negação de direitos e às múltiplas violências, combinando assim de não morrer, física e simbolicamente pela transfobia racista. Entendemos ser este trabalho uma oportunidade para a sociedade, de um modo geral, e a universidade, especificamente, sentar e aprender com sujeitas sociais ao invés de sustentar o lugar pretensioso de "dar voz" às pessoas. Importa a humildade intelectual de

ouvir e multiplicar o ecoar de vozes marginalizadas, contribuir para o rompimento da lógica epistemicida de produzir conhecimento pelo olhar branco, eurocêntrico, racista, ortodoxo, cisheteropatriarcal, centralizar saberes e fazeres políticos e pedagógicos, de dentro e fora do circuito hegemônico acadêmico, com ousadia, poesia e afeto, sem perder de vista a criticidade da realidade aqui priorizada.

Palavras-chave: Travestis Negras, Cisgeneridade, Necropolítica, Palavras-Navalhas-Doçuras, Direitos.

ABSTRACT

Accept that it hurts less! This is how we invite you to dive into the theoretical, methodological and experiential proposal and reflect on the Words-Needles-Sweetness aligned mainly with the Brazilian black feminist and transfeminist social thought. We intend to potentiate narratives of experiences of black transvestites, from the place of cisgenerity, in a movement of recognition and problematization of this gender identity, for its oppressive character against lives that disobey violent pedagogies, framed in binary existences. For this, we reflect cisgenerity as a materialization of necropolitics, a combination of death project for black transvestites while we reaffirm their insurgence between razors and sweetness, since they inscribe their Aquilombed Amefricanities, cross-dressing public policies in favor of the right to live in their diversity, in an act of resistance and resilience against the denial of rights and multiple violence, thus combining not to die, physically and symbolically by racist transphobia. We understand this work to be an opportunity for society, in general, and the university, specifically, to sit down and learn from social subjects instead of holding the pretentious place of "giving voice" to people. It is important to have the intellectual humility to listen and multiply the echo of marginalized voices, to contribute to the rupture of the epistemic logic of producing knowledge by the white, Eurocentric, racist, orthodox, cisheteropatriarchal look, to centralize political and pedagogical knowledge and doings, from inside and outside the hegemonic academic circuit, with boldness, poetry and affection, without losing sight of the criticality of the reality prioritized here.

Keywords: Black Transvestites, Cisgenerity, Necropolitics, Words-Sweetness, Rights.

INTRODUÇÃO

“Preta, pinta o mundo com seu tom
Com essa tua negra tinta, fará brotar a cor
Nessa cidade cinza que tanto te negou (a universidade!)

Preta, pinta, escreve, preta

Pinta preta, escreve preta”

(Uma adaptação da versão feminista “Negra Tinta”, de Carú Bonifácio por
Gilmara Silva de Oliveira, 2021)

Ocupamos esse espaço com abertura poética, porque toda linguagem é epistêmica e deve contribuir para o entendimento de nossa realidade, não deve embriagar quando o seu caráter é revolucionário e não pode nos levar a confundir os nossos propósitos, conforme ensinamento de Molefi Kete Asante, lembrado por Lélia Gonzalez (1935-1994). No ato de escrever, principalmente no âmbito da universidade, é sempre bom lembrar que não estamos aqui para ninar a casa grande, e sim incomodar as ainda existentes sinhás e sinhozinhos de engenho dos seus sonos injustos, conforme diz a escritora Conceição Evaristo.

Esta é uma conversa ancorada no pensamento social feminista e transfeminista negro brasileiro e resulta de reflexões que vem se estruturando a partir do trabalho de monografia (OLIVEIRA, 2018), com enraizamento em sede de dissertação de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal da Bahia.

A aproximação com o tema se dá por meio de participação em rodas de conversas presenciais, anterior à pandemia pelo covid-19, leituras de referenciais teóricos relacionados, acompanhamento de webpalestras, lives e redes sociais protagonizadas por pessoas trans e travestis, que têm utilizado o espaço virtual como ferramenta de lutas contra as múltiplas violências que sofrem e reafirmação de suas existências.

Pensar cisgeneridade é também compreender nossos lugares de mulheres cis, na perspectiva do compromisso ético, político, profissional e aliado frente a importância de somar forças em uma combinação coletiva de nos manter de pé, vivas, enquanto

mulheres cis, trans, travestis e tantas outras possibilidades de expressar a feminilidade para além de uma genitália, considerando a diversidade das nossas experiências como tal.

Nessa perspectiva, valorizamos o caráter teórico, metodológico e de vivências do conceito político e cultural de Amefricanidade, presenteado pela filósofa e ativista negra Lélia Gonzalez, pela amplitude das suas implicações que nos permite ultrapassar as limitações a nível territorial, linguístico e ideológico de nossas experiências enquanto mulheres negras, na busca de resgatar uma unidade forjada nas diversas identidades, que sofrem influências estabelecidas pela hierarquia racial e de gênero, construída por uma suposta superioridade cisheteropatriarcal branca.

Seguindo essa linha de argumentação, as navalhas e doçuras propostas no tema representam respectivamente, histórias de sofrimento, humilhação exploração, constrangimentos, morte física, silenciamento e invisibilidade epistemológicas sofridas por mulheres cis e travestis negras brasileiras, ao tempo que reafirmamos histórias de resistências e a criatividade na luta contra múltiplas violências e violação de direitos fundamentais, por meio da escrita como prática de liberdade, ou seja, do que chamamos de Palavras-Navalhas-Doçuras que libertam.

Amefricanizar é, portanto, o movimento de buscar possibilidades, novas perspectivas, outros horizontes individuais e coletivos nos dias de destruição. E o que é essa destruição? É justamente todas as articulações, estratégias institucionais e individuais que ditam quem tem o direito de viver e quem deve morrer, que disseminam ódio e violências contra pessoas que não correspondem à imposição do gênero binário. Amefricanizar é uma oportunidade de enriquecer as narrativas dissidentes, de corpos políticos marginalizados, estigmatizados e violentados constantemente.

Ancoramos esse movimento de insurgências amefricanizada de travestis negras em articulação com o pensamento social da historiadora, poetisa, nordestina e feminista negra Beatriz Nascimento (1942-1995), que nos permite compreender o quanto são destemidas ao cirandar para demolir as mentiras ideológicas conservadoras da cisgeneridade. Os espaços virtuais, as rodas de conversas, as escritas criativas protagonizadas por travestis negras representam o Quilombo, as estratégias de

sobrevivência, o oxigênio diante do sufocamento transfóbico e racista da sociedade brasileira.

O que pretendemos é evidenciar a potência política de travestis negras e reconhecer o caráter político e pedagógico da trajetória de lutas, travadas em suas dimensões individuais e coletivas, visto que suas próprias corpos expressam a capacidade de desobedecer pedagogias que marcam suas vidas por perdas e vulnerabilidades socioeconômica e subjetivas, produzidas pela transfobia racista, conforme analisa a pedagoga transfeminista Thiffany Odara.

Para tanto, propomos problematizar a cisgeneridade para além de uma identidade de gênero, visto que, diante de leituras das narrativas de intelectuais transfeministas, de dentro e fora do circuito acadêmico, é possível compreender seus efeitos nefastos do ponto de vista teórico, político, ideológico, simbólico e como uma ferramenta útil de produção e reprodução de violências contra corpos dissidentes, em conformidade com a lógica da necropolítica desenvolvida pelo camaronês Achille Mbemb (2016) quando reconhecemos práticas transfóbicas como forma de destruir populações “indesejadas” ao privá-las do direito de viver.

Utilizamos o termo “corpos” para adequar o vocabulário ao universo trans e travestis, por compreendermos seu caráter inclusivo e que reconhece a expressão das feminilidades a partir das múltiplas possibilidades de existências socialmente construídas como feminina. Afinal, a nossa linguagem também contribui para a repetição do padrão dos crimes de ódio e se configura como uma violência simbólica nesse contexto, visto que “a maioria das travestis, independente da forma como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem adjetivadas no masculino”, conforme nos orienta a psicóloga social transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus (2012, pag. 17).

Para elucidar o conceito de cisgeneridade, chamamos Viviane Vergueiro Simakawa (2015), doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e ativista do coletivo De Trans Pra Frente, que nos provoca com sua análise autoetnográfica, assertiva e necessária em diálogo com Letícia Nascimento (2018), professora e doutoranda em educação pela Universidade Federal do Piauí, Ativista do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), que

analisa a cisgeneridade como um convite para pessoas cis a se colocarem diante de um espelho para que mirem a si mesmas e percebam que seus gêneros são tão artificiais e produzidos como os das pessoas trans, para assim ultrapassar a concepção de construção de um gênero natural, “normal” e único, colocando as pessoas trans e travestis como gênero anormal, patológico, desviante e falso.

As referências teóricas, metodológicas, poéticas e de vivências aqui priorizadas nos ajudam a compreender, reconhecer e potencializar o lugar social das travestis negras e convida para a retirada da cisgeneridade do lugar fixo e exclusivo de existência para ser repensada sem a perspectiva de dominadora e controladora de formas diferentes e diversas de expressar o ser mulher.

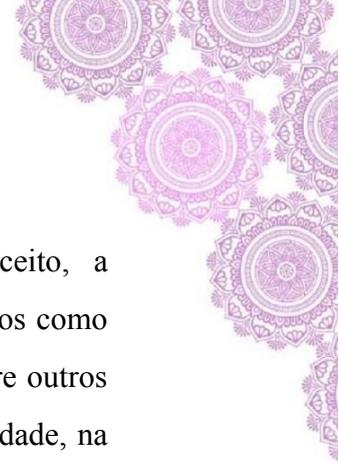
DESENVOLVIMENTO

Nesta discussão é importante problematizar a cisgeneridade enquanto uma categoria construída em um processo sociocultural, para compreendermos seus efeitos como materialização da necropolítica contra corpos dissidentes. Para tanto, vamos falar numa boa com feministas e transfeministas negras brasileiras para enriquecer a nossa caminhada por aqui.

AMEFRICANAS AQUILOMBADAS PARA TRANSFORMAR: PROBLEMATIZANDO NUMA BOA O CONCEITO DE CISGENERIDADE EM UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

O termo “cisgênero” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no seu nascimento, sendo cisgeneridade a experiência interna e individual do gênero que corresponde ao sexo que lhe foi atribuído ao nascer (SIMAKAWA, 2015).

Essa é, portanto, uma razão fundamental que nos convoca a “compreender os processos através dos quais se produz a naturalização de alguns corpos e autoidentificações de gêneros, atentando para “os limites do real”, produzidos no campo da cisnormatização naturalizada dos corpos, em que os fatos físicos servem como causas” (SIMAKAWA, 2015, pág. 46).



Ao fazer uma análise autoetnográfica e foucaultiana deste conceito, a transfeminista Viviane Vergueiro Simakawa nos convida a repensar os conceitos como “homem/mulher biológica”, “homem/mulher de verdade”, sexo biológico, entre outros termos relacionados, através da produção discursiva da categoria de cisgeneridade, na perspectiva de evidenciar que o corpo só ganha significado no contexto das relações de poder.

Para a autora, tal poder é conferido no campo da construção analítica de cisgeneridade, considerado um processo discursivamente resistente, que demanda maleabilidade e abrangência em que pese enfrentar criticamente toda a epistemologia, metodologia e proposta política e sociocultural colonialista, ou seja, “trata-se de uma luta contra os efeitos de poder de um discurso considerado científico, de uma subversão de identidade de gênero cisgênera e idealizada através de conceitos como “biológico” e “natural” [...] que tem sua normalidade produzida através da naturalização da pré-discursividade, binariedade e permanência para os corpos e identidades de gênero (pág. 45).

Dialogando com a professora transfeminista Letícia Nascimento (2018), é importante compreender que o não reconhecimento de que os corpos são múltiplos para além de normas regulatórias de gênero expõe as pessoas trans e travestis a um jogo hierárquico, que produz opressões diversas, processo de adoecimentos e mortes.

No contexto das relações de poder, é preciso questionar os privilégios de corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero e romper com a harmonia do silêncio cisgênero é uma urgência, conforme propõe a professora Letícia:

“As pessoas cis ocultam, mascaram, dissimulam seus processos de produção de gênero, marcando as pessoas trans como artificiais e em uma perspectiva subalterna de identidade de gênero. [...] é necessário que rompamos com a harmonia do silêncio cisgênero: desafinar o coro daqueles que contentemente acreditam que seus gêneros são naturais, afirmando a artificialidade de produção de todas as corporalidades e subjetividades.” (NASCIMENTO, 2018, pág. 101).

Letícia argumenta que a categoria analítica da cisgeneridade demarca que a diferenciação sexual binária é utilizada como fixação de identidades sexuais nos corpos

e impõe a conseqüente produção de uma hierarquia social que considera abjeto todo corpo que fugir a tal normatividade. Logo, ainda segundo a autora, “a crítica ao cisgênero como modelo único é tão importante, pois retira a condição de naturalidade a materialidade dos corpos, propondo de outra maneira, pensar que esses processos de materialização dos corpos trazem as marcas de práticas discursivas” (pág. 125).

Diante destas construções epistemológicas que conferem relações de poder no contexto de naturalização da identidade de gênero cisgênera, fica evidente a urgência da Pedagogia da Desobediência proposta por Thiffany Odara (2020), pedagoga, especialista em gênero, raça e sexualidade pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB, por ser um movimento que “diz respeito a um processo desobediente que promove perspectivas educacionais sob a luz da organicidade insurgente das travestis, cuja bagagem vem acompanhada da estratégia de travestilizar as normas vigentes de políticas educacionais, atravessadas de opressão social como a heterossexualidade compulsória, a cisgeneridade que estabelece a segregação dentro do ambiente escolar, e nós ampliamos para todos os outros espaços de sociabilidade, de dentro e fora de casa (pág. 91).

Neste direção de desobediência política e pedagógica, cabe falar numa boa com o pensamento social feminista negro de Lélia Gonzalez (1988), pois nos ensina uma lição importantíssima enquanto mulheres negras amefricanas na diápora. Concordamos com ela quando dizia:

[...] evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (GONZALEZ, 1988, pág. 366).

Falar numa boa aqui é reconhecer que quando mulheres cis, trans e travestis negras se movimentam para questionar epistemologias opressoras, fazemos referência ao quilombo que surge em documento oficial português datado de 1559, no seu sentido

político e ideológico, em acordo com o que nos lembrou Beatriz Nascimento (1994). É deslocar para esse espaço a passagem do Quilombo como instituição em si para símbolo de resistência às múltiplas opressões e violações de direitos sofridas por travestis negras, com todas as caracterizações ideológicas atribuídas a esse movimento de organização social independente e protagonizado por pessoas negras no Brasil à época.

Evidenciamos essa conotação ideológica de Quilombo para reconhecer a participação social de travestis negras na trincheira da luta cotidiana em favor dos seus direitos humanos e de sua autodeterminação, notadamente demarcada, por exemplo, nas dimensões intelectuais, na representação política partidária, nos destaques em meios musicais, promovendo espaços de debates em ambiente virtual, administrando suas próprias vidas frente à rejeição de familiares e negligências do Estado brasileiro.

É na direção de uma conotação de resistências e insurgências, entre navalhas e doçuras, que travestis negras reinscrevem suas histórias, visto que ainda há muito o que fazer para combater a lógica da necropolítica nas vidas desta população, principalmente no contexto político e ideológico atravessado de racismo, transfobia e outras opressões que vivenciamos no Brasil, principalmente em tempos de pandemia pelo covid-19.

CISGENERIDADE ENQUANTO MATERIALIZAÇÃO DA NECROPOLÍTICA

No contexto de pandemia pelo covid-19 tem sido exponencial o nível de violências e negação de direitos sofridas por grupos vulnerabilizados. E para o que propomos nesta discussão não basta pensar as problemáticas sociais exclusivamente em torno das questões sanitárias quando se trata de vidas travestis negras no Brasil. Importa refletir sobre CISgeneridade e seu caráter impositivo que delega para elas a negação e o extermínio de suas resistências, condicionando-as à margem da sociedade e à exclusão social.

Tal realidade é reiterada no Dossiê dos ASSASSINATOS¹ e da violência contra pessoas TRANS em 2020, lançado no dia da visibilidade trans em Janeiro do presente ano. Já no prefácio a denúncia é que “em 2020, o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram

¹ Mantenho a fidelidade da caixa alta respeitando o título original do referido documento.

acima da média”. Este é um levantamento mapeado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, que ao analisar os dados gritantes de violências letais, revela que se trata de pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento, vitimadas ainda pelas subnotificações e ausência de dados governamentais (pág. 7).

Este documento é uma referência importante que nos fornece dados recentes quanto ao aprofundamento e o acirramento da efetivação da necropolítica cissexista² nas vidas dessas pessoas, principalmente no que se refere às recomendações de isolamento social.

Trata-se dos efeitos da cisgeneridade, enquanto uma estrutura de poder que ancora o pensamento e as relações de sociabilidade brasileiras, que articula a naturalização de um processo de marginalização e precarização para fazer valer o projeto de morte das pessoas transexuais e travestis, conforme os dados apresentados no referido Dossiê.

Nesta direção, conforme nos lembrou a psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus (2020), importa situar que a conversa sobre isolamento social em caráter compulsório e emergencial³ não é uma realidade incomum nas vidas de pessoas transexuais e travestis, uma vez que antes mesmo da crise sanitária mundial, essa população já vivencia uma realidade de marginalização e discriminação mediadas pela transfobia racista, que as empurram para a condição de isolamento.

No contexto das famílias geralmente é o primeiro a negar as possibilidades de uma relação saudável, respeitosa e permanente, e um outro ponto importante é justamente os impactos referente a sua sobrevivência financeira, ou seja, das escolhas, por vezes compulsórias que precisa fazer pela manutenção concreta de suas vidas através da prostituição, que ainda representa a principal atividade laboral condicionada pelas práticas de transfobia no mercado de trabalho (ANTRA, 2020).

É nas ruas que mulheres transexuais e travestis se veem mais expostas à violência direta e onde vivenciam o estigma dos processos de marginalização e aniquilação:

² Utilizo o prefixo “cis” em referência ao termo cisgeneridade, conforme utilizado pelas referências aqui priorizadas.

³ Conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS, que no caso do Brasil acontece oficialmente a partir de março de 2020.

“O que denota o ódio às prostitutas, em um país em que ainda não existe uma lei que regulamenta a prostituição que, apesar de não ser crime, sofre um processo de criminalização e é constantemente desqualificada por valores sociais pautados em dogmas religiosos que querem manter o controle dos seus corpos e do que fazemos com eles. Este comportamento da sociedade é constantemente reforçado pelas representações preconceituosas que o senso comum detém da imagem da prostituta e estão relacionadas aos comportamentos considerados como imorais pela sociedade” (Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS no Brasil, 2018; 2020, pág. 42).

Nesse contexto, fica evidente que o ódio, a criminalização e o comportamento moralista da sociedade brasileira frente à prostituição, mas, sobretudo, na relação com quem exerce essa atividade laboral, se configuram como formas contemporâneas de subjugação das suas vidas, que as empurra para a morte, quando não letal (física), são vítimas simbólicas, submetidas a crueldades, condições subalternas e sem dignidade, conferindo-lhes o status de mortas-vivas (Mbembe, 2016, pág. 146).

Não são incomuns relatos de travestis que denunciam tal conferência. Basta consultar a pesquisa da pedagoga transfeminista Thiffany Odara (2020), intitulada “Pedagogia da DESobediência: Travestilizando a educação”, para perceber os atravessamentos interseccionais de raça, gênero, classe, sexualidade, território, dentre outros marcadores, vivenciados por elas na cidade de Salvador - para situar aqui o nosso espaço/território de análise -, quando o assunto é reivindicar e promover ações de liberdade, em favor da saúde, educação, emprego e renda, dignidade, respeito, pelo direito de viver.

A realidade de violências é tão comum, que segundo o Boletim N.º 002/2021 divulgado pela ANTRA, qualquer pesquisa simples em um mecanismo de busca na internet, denuncia o quanto a violência direcionada para pessoas trans segue presente no seu cotidiano. Observam que é assustador o cenário em que, 8 entre cada 10 notícias com as palavras “travesti” ou “mulher trans” na aba notícia nos principais mecanismos de busca, é possível encontrar resultados relacionados a violência e/ou violações de direitos humanos.

Segundo o relatório publicado pelo coletivo #VOTELGBT (2021), após pesquisa realizada com mais de 7.000 pessoas LGBTs+ no Brasil, os principais impactos da pandemia para estes grupos em geral, e para as pessoas trans, especificamente, são o

agravamento da saúde mental, afastamento da rede de apoio, a falta de fonte de renda, cujo desdobramento consequente é a vulnerabilidade à insegurança alimentar, pobreza menstrual e insatisfação com o governo.

Em relação a pobreza menstrual, a pesquisa aponta como uma dimensão que aparece caracterizada pela dificuldade ou ausência de acesso a produtos de higiene e outros recursos necessários ao período, mostrando que 1 em cada 10 pessoas que menstruam é comum faltar ou que é preciso deixar de comprar outros itens para adquirir o absorvente.

Diante desta realidade, no referido documento são apontadas algumas iniciativas para fortalecer e amenizar os processos de exclusão vivenciados por estes segmentos, através de acolhimento, diálogos, trocas de afeto, distribuição de absorventes para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Há diversos fatores que fazem valer o projeto de morte, física e simbólica das travestis negras, através das ferramentas que mantêm e intensificam a violência no cenário atual. No Dossiê lançado pela ANTRA (2020), alguns destaques exemplificam casos de violências e violação dos direitos humanos deste público e coloca na cena a omissão do Estado brasileiro frente aos dados gritantes, principalmente quando se trata da necessidade de mapeamento, acompanhamento e controle quantitativo sobre esta população privada de liberdade e ampliação de discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade nas escolas.

Contudo, são mulheres que fazem uso da oralidade histórica como instrumento de coesão grupal e memória e esperança de recuperação do poder que lhe foi usurpado pela estrutura opressora cisgênera. Com essa concepção retomamos a perspectiva de Quilombo abordada por Beatriz Nascimento para dizer que ainda é possível demonstrar que homens e mulheres negros e negras e seus agrupamentos que formaram no passado e convencionou chamar “Quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los nos dias atuais, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência (pág. 253, 254).

Lélia Gonzalez nos lembra que desde a época escravista mulheres negras se articulavam em uma perspectiva amefricanizada, através das revoltas, na elaboração de

estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, com expressão concreta nos quilombos (pág. 333).

Nesta direção, a ocupação de travestis negras nos espaços acadêmicos, tecendo suas próprias narrativas no âmbito da produção de conhecimento, a articulação coletiva de pessoas transexuais e travestis para a elaboração independente de indicadores sociais sobre os impactos das violências sobre suas vidas sem contar com a disponibilidade e interesse político por parte de fontes oficiais, realização de lives temáticas, com convidadas diversos para pautar narrativas e experiências de pessoas trans e travestis negras das diversas áreas e atuação, a ocupação de mulheres trans e travestis negras como representação política partidária em maior número na última eleição do Brasil, devem ser compreendidas como as navalhas e doçuras de sua participação social orgânica. São respostas que contrariam e invalidam o lugar de subalternidade imposto pela lógica cisheteropatriarcal branca, machista e racista. É pautar a autodeterminação como direito que pessoas trans e travestis também possuem de assumir suas identidades em todos os espaços e construir seus corpos de modo autônomo, concordando com Letícia Nascimento (2018).

Portanto, dialogamos e concordamos com NASCIMENTO (2018) para reafirmar que você está diante de uma possibilidade de denúncia dos privilégios cisgêneros e esse movimento é importante para que as pessoas entendam o quanto os acessos a determinadas intervenções corporais são limitadas, ao passo que, para as pessoas cisgêneras, esse debate, muitas vezes sequer é feito.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que nossas reflexões tenham contribuído para pensarmos a cisgeneridade para além de uma identidade de gênero, visto que seus efeitos contra corpos dissidentes são os piores possíveis. É necessário deslocar o lugar do privilégio cis para o lugar de co-responsável por todas as vidas, independente da orientação sexual e da identidade de gênero.

As referências teóricas que foram elegidas nos ajudam a compreender a importância da luta coletiva, em favor dos direitos humanos e por narrativas que

recusem a produção de hierarquias de saberes, conhecimento e existências, visto que o espaço da universidade é plural, diverso, contudo, ainda demanda ser pintado de povo em sua diversidade étnico-racial, de gêneros e outras identidades.

É preciso esperar e agir contra a necropolítica é urgente! O cenário é desastroso, principalmente em contexto de um desgoverno extremamente preconceituoso e disseminador do ódio. Não tem âmbito social capaz de camuflar as manifestações de transfobia no Brasil. Talvez seja utopia pensar na materialização de dias melhores no atual governo. Mas o jogo precisa virar, porque somos diversas e queremos direitos iguais!

REFERÊNCIAS

BONIFÁCIO, Carú. **Negra Tinta**. Programa “Fique ligado” - TV Brasil, 2018.

Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=2O1-CPUJ3RQ>>. Acesso em 10/12/2021.

Dossiê ASSASSINATOS e violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Nayder Bonfim Nogueira (Orgs). - São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em

<<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>.

Acesso em 01/12/2021.

Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia 2021. #VOTELGBT. Brasil, Junho de 2021.

Disponível em

<<https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>>. Acesso em 01/12/2021.

GONZALEZ, Lélia, 1935-1994. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...**/Lélia Gonzalez. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª Edição.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília., 2012. Disponível em

<<https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em 09/12/2021.

-----, Jaqueline Gomes de. A população LGBTQ+ na pandemia: riscos e soluções. **PonteCast**. 2020. Disponível em

<<https://ponte.org/pontecast-a-populacao-lgbt-na-pandemia-riscos-e-solucoes/>>. Acesso em 13/12/2021.

MBEMB, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz, 1942-1995. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição**. Maria Beatriz Nascimento.

Díaspóra Africana: Editora Filhos da África, 2018. 488 páginas. 1ª Edição.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação** / Thiffany Odara. 1ª edição/Salvador - BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Gilmara Silva de. **TRANSFOBIA, RACISMO e suas implicações nas vidas de pessoas transexuais negras. Transgressão no pensar a partir do âmbito do SUS**. Salvador, UFBA, 2018. Disponível em

<<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29099?mode=full>>. Acesso em 07/12/2021.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade** / Viviane Vergueiro, Salvador, 2015.